



ACÓRDÃO Nº439/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11612/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Amadeu da Silva Soares Junior (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1489/2021-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP, referente ao exercício de 2017 (U.G: 22101), de responsabilidade do **Sr. Sergio Lucio Mar dos Santos Fonstes**, Secretário de Estado de Segurança Pública e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2017 a 28.08.2017, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP, referente ao exercício de 2017 (U.G: 22101), de responsabilidade do **Sr. Carlos Alberto Alencar de Andrade**, Secretário de Estado de Segurança Pública e Ordenador de Despesas, no período de 29.08.2017 a 03.10.2017, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da



ACÓRDÃO Nº439/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

- 10.3. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP, referente ao exercício de 2017 (U.G: 22101), de responsabilidade do **Sr. João Bosco Gomes Saraiva**, Secretário de Estado de Segurança Pública, no período de 04.10.2017 a 31.12.2017, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.4. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP, referente ao exercício de 2017 (U.G: 22101), de responsabilidade do **Sr. Amadeu da Silva Soares Junior**, Ordenador de Despesas, no período de 04.10.2017 a 31.12.2017, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.5. Dar quitação** ao **Sr. Sergio Lucio Mar dos Santos Fonstes**, Secretário de Estado de Segurança Pública e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2017 a 28.08.2017, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.6. Dar quitação** ao **Sr. Carlos Alberto Alencar de Andrade**, Secretário de Estado de Segurança Pública e Ordenador de Despesas, no período de 29.08.2017 a 03.10.2017, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.7. Dar quitação** ao **Sr. João Bosco Gomes Saraiva**, Secretário de Estado de Segurança Pública, no período de 04.10.2017 a 31.12.2017, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.8. Dar quitação** ao **Sr. Amadeu da Silva Soares Junior**, Ordenador de Despesas, no período de 04.10.2017 a 31.12.2017, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.9. Determinar À ORIGEM** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do



ACÓRDÃO Nº439/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

- 10.9.1. Ausência da Unidade de Controle Interno nessa Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP, conforme previsto no art. 44, da Lei nº 2.423/1996, que deverá exercer, dentre outras, as atividades previstas nos incisos I e II deste artigo;
- 10.9.2. Ausência da Unidade de Controle Interno nessa Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP, conforme previsto no art. 44, da Lei nº 2.423/1996, que deverá exercer, dentre outras, as atividades previstas nos incisos I e II deste artigo;
- 10.9.3. Ausência da Certidão de Regularidade Profissional, de acordo com o documento comprobatório da regularidade do Profissional da Contabilidade, conforme preceitua o art. 1º e Parágrafo Único do art. 2º, da Resolução CFC Nº 1.402/2012;
- 10.9.4. Ausência do Balanço Financeiro - Anexo 13;
- 10.9.5. Considerando que a liquidação de despesas consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo como base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme determina o art. 63, da Lei nº 4.320/64. Justificar o não pagamento dos empenhos referentes aos exercícios de 2011, 2012 e 2013 constantes no Demonstrativo de Inscrição de Restos a Pagar, inclusive as pendências referentes aos exercícios de 2011, 2012 já foram objeto de restrição da prestação de contas do exercício;
- 10.9.6. Ausência de conciliações bancárias corretas;
- 10.9.7. Ausência de justificativas sobre o descumprimento do artigo 26, inciso I, da Lei nº. 8.666/1993;
- 10.9.8. Ausência da pesquisa de preços no mercado, em cumprimento ao art. 40, § 2º, II e art. 43, IV, da Lei nº 8.666/93;
- 10.9.9. Ausência da demonstração da vantajosidade da adesão, em detrimento da realização de um novo procedimento licitatório, em cumprimento ao art. 22, do Decreto Federal nº 7.892/13;
- 10.9.10. Ausência de justificativas sobre a celebração do 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2015/SSP celebrado em 07.04.2017 entre a SSP e a empresa TB Serviços, Transporte, Limpeza, Gerenciamento e Recursos Humanos S.S, no valor de R\$ 2.110.059,03 por 12 meses, para



ACÓRDÃO Nº439/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

locação de 103 viaturas caracterizadas, tipo Staion Wagon, uma vez que o referido contrato está sendo executado de forma contínua, e que o serviço continuado é qualificado como sendo todo aquele destinado a atender necessidades públicas permanentes e cuja paralisação acarrete prejuízo ao andamento das atividades do órgão, já que não se evidenciou nos autos do processo a pesquisa de preços no mercado, que comprova que a prorrogação da contratação propiciou melhor preço e vantagem para a administração, em cumprimento ao art. 43, IV, da Lei nº 8.666/93;

10.9.11.

Ausência de justificativas sobre a compra de materiais e contratações de serviços, cujo valor, no decorrer do exercício, para a mesma natureza de despesa, está acima do autorizado pelo art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, considerando que é vedado o fracionamento de despesa para adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado, conforme naturezas / empenhos anexados na supracitada notificação;

10.9.12.

Ausência da justificativa que caracterizou a situação de urgência, em cumprimento ao artigo 26, inciso I, da Lei nº. 8.666/1993;

10.9.13.

Ausência da razão da escolha do fornecedor, em cumprimento ao artigo 26, parágrafo único, inciso II, da Lei nº. 8.666/1993;

10.9.14.

Ausência de justificativas sobre o descumprimento da Resolução CFC Nº 1.402/2012;

10.9.15.

Ausência da comprovação das despesas com diárias civis, valor de R\$ 81.564,00, com Diárias Militares (138.426,00), cm passagens e despesas com locomoção (R\$ 46.561.844,58) e com indenizações e restituições (R\$ 5.639,001,91);

10.9.16.

Ausência de justificativas sobre Diárias Militares, no valor de R\$ 81.564,00;

10.9.17.

Ausência de justificativas sobre Diárias com militares no valor de R\$ 138.426,00;

10.9.18.



ACÓRDÃO Nº439/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Ausência de Despesas com passagens;

10.9.19.

Ausência de Despesas locomoções no valor de R\$ 46.561.844,58;

10.9.20.

Ausência de Despesas com indenizações e restituições no valor de R\$ 5.639.011,91.

10.10 Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 10ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de Março de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral